

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	1

**TERCEIRA SECRETARIA  
DIRETORIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO  
SETOR DE TAQUIGRAFIA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 19ª  
(DÉCIMA NONA)  
SESSÃO ORDINÁRIA,  
DE 15 DE SETEMBRO DE 2021.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – Está aberta a sessão ordinária de quarta-feira, 15 de setembro de 2021, às 15h48min.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Leandro Grass a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA) – O Expediente lido vai a publicação.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

- Ata 18ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Estão presentes a Deputada Arlete Sampaio, o Deputado Guarda Janio, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Leandro Grass, o Deputado Reginaldo Sardinha e o Deputado Fábio Felix.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	2

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Valdelino Barcelos. (Pausa.)

O Deputado Valdelino Barcelos está de licença.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (Bloco Democracia e Resistência. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, boa tarde a todos e a todas.

Em primeiro lugar, eu queria dar conta a esta Câmara Legislativa do alerta que fez o Professor Miguel Nicolelis com relação a uma nova onda da variante delta. Ele fala da situação existente hoje no Reino Unido, que tem um volume enorme de casos devidos à variante delta e nos Estados Unidos também. Inclusive com os Estados Unidos dizendo ao Brasil: “Hoje, eu sou você amanhã”. Há também uma quantidade muito grande em Singapura, que foi inicialmente um modelo importante de país que conseguiu vacinar todo mundo e conter a transmissão do novo coronavírus.

Eu falo isso aqui como um alerta para que as nossas autoridades não se descuidem e observem as tendências do crescimento do número de casos com a variante delta. Aqui, no Distrito Federal, já são mais de 380 casos da variante delta, com 7 óbitos devidos a essa variante. Então, vamos ficar atentos, porque nós temos apenas 33% da população vacinada com a primeira e a segunda doses, embora, com a primeira dose, nós já tenhamos quase 70% de pessoas vacinadas, que evidentemente estão aguardando a segunda dose.

Hoje, começa a vacinação dos jovens na adolescência, de 14 e 15 anos, e deveria começar o reforço para os maiores de 70 anos, mas o governador ontem anunciou que vai fazer o reforço de terceira dose para os maiores de 70 anos somente em outubro, quando tiver chegado até aqueles com a idade de 12 anos na vacinação com a vacina Pfizer, que é a única autorizada para essa faixa etária.

Eu queria falar isso aqui porque, às vezes, a gente fica pensando que está tudo sob controle, que não vai acontecer conosco e eis que as coisas acontecem. Eu queria falar isso porque também quero manifestar aqui os meus sentimentos pelo falecimento do Professor Joseli Gomes de Farias, do CED – Centro Educacional Stella dos Cherubins, em Planaltina, que morreu vítima da Covid-19. Hoje e amanhã, as aulas foram suspensas na escola e, a partir de domingo, será avaliado se irão continuar remotamente, a partir da semana que vem, tendo em vista que já há mais dois outros professores que foram detectados com Covid-19 e dois estudantes também foram contaminados.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	3

Hoje, nós temos um projeto muito importante na pauta, que é o projeto de suplementação orçamentária para recursos para a cultura. Essa é uma luta que nós temos feito aqui na Casa, vários Deputados, permanentemente, para convencer o governo, em particular o Secretário de Economia, que é preciso respeitar não só o orçamento previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal, como também a maneira como se deve proceder no orçamento para o FAC – Fundo de Apoio à Cultura, a partir da adoção da Lei Orgânica da Cultura, da LOC.

Portanto, essa luta que o movimento cultural do Distrito Federal desenvolve incansavelmente é para assegurar os recursos do FAC; essa luta que vários Deputados desta Casa desenvolvem, inclusive com ações na Justiça, no Tribunal de Contas, em outras instituições, é para garantir que, de fato, o FAC seja daqueles que fazem cultura no Distrito Federal.

Então, eu fico muito feliz. Ontem esteve aqui o Secretário de Cultura, Sr. Bartolomeu, e ele nos explicou como deverão ser utilizados esses recursos que vão ser votados hoje nesse projeto de suplementação orçamentária que está aqui na pauta.

Eu quero convocar todos os Deputados que estão em seus gabinetes para descerem. Nós precisamos votar o segundo turno dos projetos que votamos ontem e nós precisamos votar esse projeto da cultura, que é fundamental, porque cada dia que passa é um dia a menos para a execução dos editais que deverão ser lançados logo que esse projeto seja aprovado e logo que ele chegue às mãos do governador para sanção.

Portanto, eu queria chamar os Deputados que estão nos seus gabinetes para se fazerem presentes para que nós tenhamos *quorum* suficiente para votar essa suplementação orçamentária. (Falha na gravação.)

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Boa tarde a todos e a todas. Antes de passar a palavra ao próximo orador, queria trazer um comunicado aqui a esta Casa.

Hoje foi o falecimento de um dos médicos, na minha visão, mais importantes de Brasília. Acho que a Deputada Arlete Sampaio deve conhecer o Dr. Flory Machado, que faleceu. Foi um grande ortopedista. Foi chefe da ortopedia do Hospital de Base. Foi um dos primeiros a montar a ortopedia no Hospital de Base, onde ajudou muito. Foi presidente da SBOT – Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

Ele, infelizmente, por causa de um câncer, não aguentou o tratamento e veio a falecer hoje de manhã. Agora está sendo o seu velório e daqui a pouco será o seu sepultamento. Eu queria pedir licença a todos para que a gente pudesse tirar pelo menos um minuto de silêncio em respeito ao Dr. Flory

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	4

Machado. Então, queria pedir, neste momento, em homenagem a esse grande médico que fez muito por Brasília, Dr. Flory Machado, um minuto de silêncio agora.

(O Plenário observa um minuto de silêncio.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Que Deus abençoe e fortaleça a família.

Continuando ainda nos Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras, pelo Bloco Sustentabilidade e Trabalho.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Vice-Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Presidente. Sr. Presidente, a lei desta Casa que criou o PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, Lei nº 6.023, possibilitou uma verdadeira revolução na estrutura das escolas, na infraestrutura e na parte pedagógica, a partir também do envio de emendas parlamentares, como é sabido.

A Lei do PDAF, quando criada, foi amplamente discutida aqui na Câmara Legislativa com a participação de todos os Deputados. Foram realizadas audiências públicas, comissões gerais, grupos técnicos para discussão, contando com a participação de gestores, professores, sindicatos e técnicos da Secretaria de Educação e da Câmara Legislativa.

Tanto empenho tinha como objetivo desburocratizar e facilitar a execução de obras e pequenos reparos nas unidades de ensino, como também apoiar o desenvolvimento pedagógico de nossos alunos. A Lei do PDAF incentivou todos os Parlamentares a encaminharem recursos para a Secretaria de Educação.

Vocês sabem quanto era executado de emendas parlamentares antes do PDAF? Zero. Antes do PDAF, emendas parlamentares não chegavam às unidades de ensino. E parece que há gente que quer que isso volte a acontecer. Só para exemplificar, nos dois mandatos que exerço aqui nesta Casa, concretizados, investidos, empenhados, liquidados e ação concreta que viraram, só da minha parte, foram 26 milhões de reais, Deputado Delmasso. É uma soma fantástica que paulatinamente permitiu a melhoria de mais de trezentas escolas em todas as 33 regiões administrativas do Distrito Federal.

Nesses dias de calor agora em que nós estamos andando pela rua, observamos a dificuldade que é estar na rua. Tentem imaginar, Deputados, um professor de Educação Física trabalhando com seus estudantes, às 15h, numa quadra sem cobertura.

Então, em parceria com o Deputado Leandro Grass, com o Deputado Chico Vigilante, com o ex-Deputado Chico Leite, com a Deputada Júlia Lucy, ao

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	5

longo desses dois mandados, apenas dois, já conseguimos cobrir mais de vinte quadras poliesportivas, Deputado Chico Vigilante, graças ao envio de emenda parlamentar. Quantas mais poderemos fazer se esse programa continuar?

Por que estou relatando isso, senhoras e senhores? Porque a Secretaria de Educação, há algumas semanas, publicou o Decreto nº 42.403, de 18 de agosto de 2021, inviabilizando essas ações nas escolas.

Prestem atenção, senhoras e senhores, o art. 21, parágrafo único, e o art. 22 desse decreto criam dispositivos que limitam o repasse de recursos para as regionais de ensino em 52 mil, se forem despesas de custeio, e em 99 mil, se forem despesas de capital.

Então, prestemos atenção: uma escola que não tem quadra poliesportiva ou que a quadra poliesportiva é malamanhada precisa de uma emenda de 130 mil hoje para fazer uma quadra poliesportiva. Isso significa que, com esse limitador, nós não conseguiremos fazer mais.

Lá no Cruzeiro, na cidade do Deputado Reginaldo Sardinha, eu acabei de encaminhar uma emenda parlamentar para reformar a cantina de uma escola, onde já se fizeram grandes reformas. E, como se trata da cantina e de mais outros equipamentos, ficará uma reforma superior a 100 mil reais. Deputado Reginaldo Sardinha, com esse limitador, a obra não poderá ser feita, porque ela custa mais de 99 mil reais.

É interessante que um programa que funciona – e funciona bem –, alguém na Secretaria de Educação, por algum motivo que eu desconheço, esteja querendo acabar com ele.

Senhoras e senhores, em virtude disso, acabei de protocolar um projeto de decreto legislativo sustando os efeitos maléficos desse decreto, especificamente nos artigos que acabei de citar. Se vocês Deputados querem continuar mandando emendas parlamentares para as escolas, via PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, para fazer ações concretas nas escolas, têm que assinar esse bloco, e temos de votar isso, hoje, para derrubar esse decreto.

Então, Presidente, já faço uma questão de ordem, pedindo a V.Exa. que apreciemos esse projeto de decreto legislativo ainda hoje, sustando os efeitos dos artigos que impedem e até limitam a nossa ação como Parlamentar. Isso é a Secretaria de Educação querendo dizer quanto que os Parlamentares podem mandar de suas emendas para determinados lugares.

Ademais, já existe uma legislação federal, a Lei de Contratos e Licitações, que diz o quanto que pode e o que não pode ser aplicado mediante carta-convite, tomada de preços ou seja lá que medida for.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	6

A Secretaria de Educação, ao baixar o decreto, estabelecendo um limitador, está legislando. É o Poder Executivo usurpando a função do Poder Legislativo; e, como manda o Regimento Interno desta Casa, quando a nossa função de legislador é usurpada pelo Poder Executivo, combatemos por meio de um projeto de decreto legislativo.

Presidente Delmasso, antes que V.Exa. passe a Presidência ao nosso Presidente Rafael Prudente, eu gostaria que fosse acatado esse meu pedido para apreciarmos hoje esse projeto de decreto legislativo, que é tão importante para todos nós Parlamentares e para todas as escolas do Distrito Federal. Muito obrigado.

Peço a todos que o assinem. Já botei no grupo de Deputados o bloco de assinaturas para que seja uma ação de todos nós, e não só do Deputado Prof. Reginaldo Veras, do Deputado Chico Vigilante ou do Deputado João Cardoso, mas de todos nós Parlamentares.

Presidente, por favor, responda-me se o nosso pedido será acatado.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Primeiro, boa tarde a todos. Vamos discutir esse assunto aqui, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Eu não tenho problema nenhum em acatá-lo. A gente só precisa construir aqui uma maioria que queira realmente votar esse projeto de decreto legislativo.

Inclusive, se não tivermos o consenso no dia de hoje, tenham o meu compromisso de levar para debate no Colégio Líderes amanhã, quinta-feira, às 14h.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGINALDO SARDINHA (AVANTE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde a todos.

Pegando gancho na fala do Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu tive uma caminhada muito intensa em 2019 e em 2020 nas escolas públicas do Distrito Federal, assim como o Deputado Leandro Grass, como o Deputado Prof. Reginaldo Veras, e o que eu mais observo é que a emenda parlamentar via PDAF para as escolas públicas... Eu ainda não sei o texto da normativa do Poder Executivo, mas tenho plena ciência do quanto essas emendas parlamentares via PDAF são benéficas para o sistema educacional do Distrito Federal.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	7

Em 2019, eu encontrei escolas públicas do Distrito Federal em que a sala de aula era embaixo de um pé de manga, coberta por telha Eternit, com vinte cadeiras, ou seja, a professora, por não ter naquela escola sala de aula, ministrava suas aulas a céu aberto.

Então, eu não vou citar aqui, porque isso aí é uma das várias escolas públicas com situações estruturais caóticas que nós encontramos. E eu tenho a certeza de que esse recurso público descentralizado é o que está fazendo a diferença na educação pública do Distrito Federal.

Só isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Indago se há mais algum inscrito. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass. Em seguida, ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (Bloco Sustentabilidade e Trabalho. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados. Saúdo aqui também aqueles que assistem a esta sessão.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de reforçar o que já foi dito pela Deputada Arlete Sampaio sobre a urgência e a necessidade de termos o *quorum* nesta sessão de hoje para votarmos o projeto de crédito que garante os recursos do FAC – Fundo de Apoio à Cultura, conforme determina a lei.

Esse projeto não é meramente uma decisão política ou uma orientação programática do governo, mas sim um cumprimento de lei.

Saúdo aqui os representantes da Secretaria de Cultura, os técnicos, o Sr. Secretário. Quero dizer que da nossa parte há total apoio para que o Fundo de Apoio à Cultura seja preservado e ampliado aqui no Distrito Federal.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, hoje é o Dia Internacional da Democracia. Nesse sentido, saúdo esta Casa como um todo, que é a Casa do Povo, a casa da representação popular, e que tem que estar sempre conectada ao povo. Mas democracia é muito mais do que representação e, nesse sentido, quero reafirmar aqui a minha visão de que nós precisamos abrir as instituições políticas à população.

Muitas vezes, a gente caminha na rua e há críticas severas às instituições políticas, em especial ao Parlamento. Já chegamos a ouvir, por vezes, até que a Câmara Legislativa deveria ser fechada. Entendo que isso, por vezes, é falta de compreensão sobre o papel do Legislativo, mas compreendo também a indignação das pessoas com determinadas situações.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	8

Na minha avaliação, temos que abrir a Câmara, abrir o governo, abrir as instituições, o próprio Poder Judiciário, para a sociedade; aumentar a transparência, aumentar o controle, aumentar a participação social; tomar decisões que sejam aqui legitimadas não só pelas nossas posições, mas, antes de tudo, legitimadas pelo interesse público.

E, em terceiro lugar, Sr. Presidente, corroboro absolutamente com o Deputado Prof. Reginaldo Veras e com o Deputado Reginaldo Sardinha, que muito bem colocaram a importância do Programa de Descentralização Administrativa e Financeira, o PDAF, que é um importantíssimo instrumento de gestão para a garantia de ambientes melhores, materiais melhores, condições de trabalho aos professores e, principalmente, de aprendizagem dos estudantes.

Restringir o PDAF, em primeiro lugar, é não confiar nos professores; em segundo, é burocratizar o recurso da educação; e, em terceiro, é sinal de que muitas vezes não se vê a educação como prioridade. O orçamento da educação tem que estar na escola, tem que ser gasto para a escola – ele tem que ser executado em prol da escola, antes de tudo –, e não para prédios da burocracia escolar, educacional. Mas para a própria escola.

Portanto, nosso apoio à proposta do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Eu já tinha enviado um ofício, semanas atrás, alertando a própria secretaria sobre essa restrição, e já digo que o meu apoio ao decreto legislativo é absoluto.

Por último, Sr. Presidente e demais colegas, tendo em vista que dia 11 foi o Dia do Cerrado – ontem, a Deputada Arlete Sampaio fez menção a essa data tão importante –, quero aqui fazer uma breve reflexão sobre essa falsa dicotomia que muitas vezes surge entre preservação do meio ambiente, preservação do cerrado e desenvolvimento econômico.

Quem ainda acredita nisso está absolutamente equivocado. Não há nenhuma dicotomia, nenhuma contradição entre desenvolvimento econômico, geração de emprego e renda e preservação socioambiental.

Digo aqui alguns exemplos. Em primeiro lugar, garantir, por exemplo, que a agricultura familiar e os pequenos produtores rurais permaneçam onde estão é, ao mesmo tempo, preservação ambiental e geração de emprego e renda.

E aqui, no DF, considerando a nossa área, que é quase 70% rural, tem que ser prioridade de qualquer governo que passe nesta cidade defender, proteger e fortalecer os produtores rurais.

Eu quero, nesse sentido, agradecer e parabenizar o trabalho da Emater-DF – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal, na figura da sua presidente, Sra. Denise, mas também de todos os extensionistas técnicos, que têm se esforçado muito.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	9

Eu, tendo a oportunidade de conhecer melhor o rural do DF nesses dois anos e oito meses de mandato, vejo que a Emater, muitas vezes, é o Estado. Ela é o Estado por inteiro em muitas regiões rurais da nossa Capital, dando aos produtores não só acesso à capacidade produtiva, mas também oportunidades de cidadania, de direitos civis e direitos sociais, como educação, garantia de moradia, entre outros. Então, parabéns ao trabalho da Emater.

E, segundo, quero dizer que preservar o meio ambiente é, ao mesmo tempo, uma forma... Aliás, uma forma de se preservar o meio ambiente é a gente garantir o papel dos órgãos ambientais, para que não sejam meramente cartoriais, emitindo licenças às custas da pressão imobiliária e da especulação imobiliária, mas que sejam órgãos de política ambiental.

Saúdo a Secretaria de Meio Ambiente, que, recentemente, anunciou o Sistema Distrital de Informações Ambientais, com uma emenda de minha autoria e da Deputada Arlete Sampaio também. Um sistema fundamental para o zoneamento ecológico-econômico, uma lei que precisa ser colocada em prática, que aponta para as vocações econômicas do Distrito Federal.

Então, nós temos instrumentos, nós temos possibilidades, nós temos pessoas que estão dispostas a desenvolver essa economia verde, que é sustentável, garante emprego e renda e, ao mesmo tempo, deixa o cerrado de pé.

Quero afirmar o nosso compromisso e, tenho certeza, de alguns colegas desta Casa no combate à grilagem de terras, no combate ao parcelamento irregular, nosso compromisso contra a indústria da regularização pela regularização, que é fruto justamente da falta de planejamento urbano. É importante regularizar, mas não adianta regularizar as áreas sem equipamentos de saúde, educação, sem moradia justa e digna para as pessoas.

Nesse sentido, se não tivermos uma visão, uma agenda da sustentabilidade... Não é só para a área ambiental, é para todas as políticas do governo. Nós, em muito pouco tempo, não teremos água. Já passamos por uma crise hídrica, estamos passando por outra, mas, graças a investimentos, estamos tendo sobrevida.

Precisamos de um desenvolvimento econômico sustentável para o Distrito Federal com geração de emprego e renda, manutenção e preservação do nosso cerrado, com exploração da economia verde, que vai garantir não só renda, mas também sobrevivência não só nossa, como também das futuras gerações.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Leandro Grass.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	10

Indago se o Deputado Fábio Felix deseja fazer uso da palavra pela Minoria. (Pausa.)

Indago se a Deputada Arlete Sampaio deseja fazer uso da palavra. (Pausa.)

A Deputada Arlete Sampaio já se manifestou.

Encerrados os Comunicados de Líderes.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estava ouvindo o pronunciamento do Deputado Prof. Reginaldo Veras com relação a essa portaria da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Acho que, antes de baixar essa portaria, Presidente Deputado Rafael Prudente, eles deveriam ter visitado o CEF 3 – Centro de Ensino Fundamental 3 de Taguatinga Sul, que visitei hoje. Uma escola com quatorze salas, em que os tetos estão completamente detonados e com as luminárias caindo na cabeça dos alunos. Mesmo com o trabalho da Diretora Vanda, que faz um trabalho fenomenal naquela escola. Mas ela não tem recursos.

Estou remanejando e liberando recurso para que ela arrume aquelas salas. Aquilo não pode continuar daquele jeito que está ali. Não pode! É algo terrível o que está acontecendo com aquela escola. A secretaria não pode impedir os Deputados de socorrerem os diretores e as diretoras para que façam o reparo necessário nas escolas.

Saindo de lá, eu fui visitar o CEF 01, aqui no Cruzeiro. A Diretora é a Sílvia e a Vice-Diretora é a Fátima. Coloquei uma emenda de duzentos mil reais lá. Parece-me que o Deputado Reginaldo Sardinha também colocou recurso. É uma escola de 55 anos de idade, Deputado Leandro Grass, e as duas diretoras, a Sílvia e a Fátima, fizeram uma revolução lá. Repaginaram a escola. É como se outra escola tivesse sido construída lá, uma escola bonita, moderna e funcional, fruto dos recursos remanejados por mim. Saí de lá realmente muito feliz, extremamente satisfeito com o que eu vi. Quero parabenizar a Sílvia e a Fátima pelo trabalho que elas fizeram naquela escola bonita, moderna, funcional, um lugar bom para os estudantes.

Também estou socorrendo a Vanda lá do CEF 03 de Taguatinga Sul. Inclusive, peço aqui a outros Deputados que ajudem a Vanda, no sentido de a gente recuperar aquela escola completamente. Eu vou cuidar das quatorze salas

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	11

que estão detonadas. Vou remanejar recurso para que ela possa efetivamente atender aquilo.

Quero fazer um apelo neste momento, Presidente, aos Deputados que ainda estão nas salas, nos gabinetes. Venham ao plenário para que a gente possa votar esse projeto que a Secretaria de Cultura enviou a esta Casa.

Nós o convidamos ontem, e o Secretário Bartolomeu Rodrigues, o Bartô, está aqui. Ele cumpriu com o compromisso assumido ontem de estar aqui para que a gente possa votar esse projeto, porque ele é fundamental para os operadores da cultura aqui no Distrito Federal.

Por último, Presidente, eu não poderia, Deputado Delmasso, ficar calado frente ao absurdo dito pelo capitão capiroto Jair Bolsonaro, esse presidente desqualificado que está aí na Presidência da República.

Deputada Arlete Sampaio, eu nunca imaginei que eu iria ver um Presidente da República dizer que é normal mentir. Ele disse ontem que *fake news* é coisa normal. Pode mentir, não tem problema. Ele até disse: “quem de nós aqui nunca mentiu?”

Eu quero dizer para o capiroto que eu não minto e nunca menti na minha vida, até porque sou filho de uma família... A Dona Josefa, quebradeira de coco, que me criou, dizia que o menino que mentisse lá em casa tomava uma taca para aprender a não mentir.

Mas o capitão capiroto disse que é normal mentir porque ele é um desqualificado, porque ele é um elemento que não está à altura de dirigir efetivamente esta Nação, porque ele não tem a qualificação para ser Presidente do Brasil, porque ele faz da mentira um meio de vida, inclusive com as rachadinhas que ele ensinou aos filhos.

Portanto, capiroto, respeite os brasileiros e as brasileiras, porque brasileiro e brasileira de verdade não mentem!

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Guarda Janio.

DEPUTADO GUARDA JANIO (PROS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, senhoras e senhores aqui da plenária e demais que estão assistindo a esta sessão.

Quero registrar aqui uma situação que vem acontecendo há muitos anos na nossa cidade Ceilândia, principalmente no período de chuva. Enxurradas e mais enxurradas vêm saindo da Ceilândia Norte e da Ceilândia Sul. Pela Ceilândia Norte, esse aguaceiro passa pelo P Norte, desce no Trecho III, no Trecho I e no

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	12

Trecho II, onde há inundações e perda de asfalto. Todos os anos, acontece isso. O período de chuva está chegando, e nós realmente não sabemos como vão ser essas chuvas, esses temporais.

Quero fazer um apelo aos nobres Deputados desta Casa e à NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil, cujo Presidente é o Fernando Leite, para que esta mobilize uma equipe de urgência para entrar naqueles bueiros – que V.Exa., Presidente Deputado Rafael Prudente, conhece muito bem –, a fim de que nós possamos evitar catástrofes. Casas já foram derrubadas. Este é o momento de antecipar, porque, senão, vamos ser manchete mais uma vez.

Entra governo, sai governo, mas este governo é atuante, e eu creio no empenho dos nossos Parlamentares, dos quais tenho orgulho de fazer parte. Que cada um dos senhores me ajude neste apelo.

Ao mesmo tempo, também quero registrar a importância, conforme o Deputado Leandro Grass falou aqui, da proteção das nossas nascentes. Falo de Ceilândia com muita propriedade. Há muitas nascentes sendo entupidas, e há momentos em que irá faltar água lá.

Uma proposta é tentar trazer a comunidade, junto com o Executivo, junto com o governo, para uma parceria para que a gente possa proteger as nossas nascentes e cercar aquelas áreas que estão ali presentes. Eu entendo que nós temos muitas áreas vazias que, talvez, poderiam ser utilizadas também por hortas e para plantas medicinais, para ajudar a comunidade. Ao mesmo tempo, nós teremos ali a proteção e o apoio do Executivo, do governo, que pode cercar aquela área. Eu acredito que isso seria de suma importância para o futuro hídrico da nossa Brasília – não só de lá, mas de outros lugares também.

Outro ponto muito importante – e todo mundo sabe disto – é que nós temos aí um período de seca. Em Brasília, somos ricos na luz solar, e é preciso que esta Casa aprove uma lei para que a gente possa utilizar esta luz solar, fotovoltaica – um nome até bonito –, em órgãos de grande importância e que gastam muita energia, que são os hospitais, a Papuda – uma economia muito grande – e as entidades sociais.

A economia com essa energia solar, eu não tenho dúvida nenhuma de que irá ajudar no complemento até mesmo dos remédios e no custo. Acho que isso é importante. Aqui nesta Casa não há partidário, aqui não há nada. Ela é a união de todos em prol de uma população. Eu não tenho dúvida nenhuma de que cada um – como o nosso Presidente, junto com a Câmara Legislativa e os nobres Deputados – tem o seu papel importante dentro da sociedade, que quer o bem.

Ninguém ganha o governo para atrasar a vida de ninguém. Nós estamos aqui é para servir o povo. E o mais importante de tudo: não deixar faltar comida

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	13

na mesa do pobre, porque muita gente está passando dificuldades em todos os setores. É preciso a gente criar uma situação, um pacote para que não falte comida na mesa do povo.

O mais importante: há as emendas que nós destinamos para obras, mas não é só dar emenda, nós temos que acompanhar até a execução – início, meio e fim –, porque não dá mais para ver empresas ganharem a concorrência, e empresas quebradas pedirem esmola para dois. É preciso a gente acompanhar e fiscalizar a obra até a sua conclusão.

Fica aqui o meu apelo aos Deputados que nos ajudem nessa empreitada e que Deus abençoe a todos. Aqui, nós somos um só e todos pelo povo mais humilde! Que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Muito bem, Deputado Guarda Janio.

Indago se mais algum Parlamentar gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa.)

O Deputado Jorge Vianna vai fazer uso da palavra. Em seguida, já peço ao Secretário da Mesa que proceda à leitura do primeiro item para votação.

Em respeito aqui ao nobre Secretário de Cultura, peço que o Deputado Iolando coloque como primeiro item extrapauta o projeto de lei que trata do crédito orçamentário para a cultura, visto que já há consenso do Plenário para ser votado.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós estamos com 13 presenças registradas, só que não tem 13 Deputados em plenário. Portanto, eu faço um apelo aos Deputados que registraram presença para que voltem ao plenário para que a gente possa votar o crédito da cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Chico Vigilante, V.Exa. é tão pé quente que, enquanto V.Exa. estava falando, já houve 3 presenças registradas.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	14

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODEMOS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, colegas servidores da Casa e todos que estão assistindo a esta sessão.

Sr. Presidente, recentemente, vimos na televisão uma reportagem de uma criança que precisa urgentemente fazer uma cirurgia cardíaca. E, hoje, nós sabemos que, em Brasília, quem é referência em cirurgia cardíaca, bem como em transplantes, é o Instituto de Cardiologia do Distrito Federal, o ICDF. Pois bem, estive lá hoje e o que eu vi me deixou muito animado, porque eles têm uma excelente estrutura, eles têm excelentes profissionais e fazem um excelente trabalho. Inclusive, eu me emocionei quando um paciente fez um elogio, assim, rasgado àquela equipe, e tudo totalmente natural.

E aí, Sr. Presidente, sei que temos aqui um projeto do Executivo de um suplemento de vinte milhões, e, desses vinte milhões, pelo menos quinze estão indo para o Instituto de Cardiologia do Distrito Federal. E eu gostaria de fazer um pedido aqui aos colegas líderes, porque essa matéria não passou no Colégio Líderes, mas há uma possibilidade de a gente fazer a votação desse recurso agora para a cultura. Então, eu gostaria de fazer o pedido, Sr. Presidente, para que também coloque em votação agora esse PL desse crédito de vinte milhões para a saúde. Ora, a gente não pode esperar! Aquela criança, bem como mais dez crianças que estão na fila esperando a cirurgia cardíaca, não pode esperar a próxima sessão, a próxima reunião de Líderes.

Então, peço aqui encarecidamente, Deputado Agaciel Maia, Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para que a gente possa colocar na pauta da Ordem do Dia esse projeto agora, para o projeto passar pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a fim de que a gente possa votá-lo. Peço ao governo aqui que também ajude com a Base toda, porque, sinceramente, o que eu vi hoje... Eu não gostaria aqui de votar esse projeto somente na semana que vem e vir a saber que aquela criança ou tantas outras morreram por falta desse orçamento, pela demora que tivemos.

Então, por favor, peço aqui encarecidamente aos nobres colegas que venham correndo para a sessão para praticamente, quase que exclusivamente, votar esse crédito para a saúde. É o que nós precisamos neste momento.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Jorge Vianna.

Deputada Arlete Sampaio, parece-me que V.Exa. queria falar, ou não?

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	15

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, concordando com o encaminhamento de V.Exa. de votarmos em primeiro lugar esse projeto da cultura, eu quero pedir que, em seguida, possamos também votar as moções, tendo em vista que ontem não pudemos votá-las. Eu, por exemplo, amanhã terei já uma audiência pública e vou precisar que elas estejam aprovadas.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ok, Deputada Arlete Sampaio, acato a solicitação de V.Exa. Logo em seguida dos primeiros itens aqui, eu coloco em votação as moções em bloco.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no que diz respeito à questão levantada pelo nobre Deputado Jorge Vianna, e dado o caráter de urgência, inclusive, de algumas matérias veiculadas na mídia, eu informo a este Plenário que se os líderes decidirem votar, estou pronto para apresentar o parecer.

Outro aspecto, Presidente, é no que diz respeito ao crédito para cultura. É importante, também, esclarecer aos nobres Deputados que a proposição que será examinada e votada justifica-se pelo atendimento aos limites de aplicação mínima. Eu falei de aplicação mínima no fomento à cultura, por meio do Fundo de Apoio à Cultura, o FAC, conforme estabelecido no art. 246, § 5º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, em 0,3% da receita corrente líquida, na forma do Decreto nº 461, de 2021.

Então, digo aos novos Deputados que nós estamos cumprindo a Lei Orgânica no limite mínimo de 0,3% para a destinação dessa receita do FAC.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Antes de entrarmos na Ordem do Dia, o Deputado Eduardo Pedrosa pediu a palavra para fazer uso dela nos Comunicados de Parlamentares.

Fique à vontade, Deputado Eduardo Pedrosa. Em seguida, concederei a palavra ao Deputado Hermeto. Posteriormente, o Deputado Iolando fará a leitura do primeiro item acordado para votação.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	16

DEPUTADO EDUARDO PEDROSA (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero aqui fazer uma breve fala sobre uma situação que está acontecendo na Ponte Alta no Gama, núcleo rural Casa Grande, região do Olhos d'Água.

A população teve que assinar um termo de compromisso com a Neoenergia para assumir uma dívida. O pessoal da Neoenergia foi lá na casa das pessoas e pediu que elas assinassem um termo de compromisso, dizendo que elas deviam um valor em virtude de estarem fazendo a regularização da energia naquele local, mesmo sem ter como comprovar que consumiram essa quantidade de energia ao longo desses meses.

Isso aconteceu na Eletropaulo, Sr. Presidente, em São Paulo, há alguns anos e foi declarado pela Justiça um ato errôneo.

A população pede que a gente – recebi esse pedido de várias pessoas da comunidade – faça frente a isso. Estou pedindo uma reunião com o Presidente do Procon, para que essa cobrança indevida não vá à frente e a população daquele local não tenha que pagar algo que não existe a certeza se foi consumido.

Então, eu queria deixar essa minha breve fala, deixar essas minhas ponderações em defesa da população daquele lugar que, muitas vezes, é esquecido pelo Estado e, quando é lembrado, é para fazer uma cobrança dessa em que as pessoas acabam não sendo respeitadas.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra ao Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. poderia incluir, agora, o Projeto de Decreto Legislativo nº 198/2021, dos transportes, com a pauta inicial?

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Hermeto, indago a V.Exa. se foram feitos ajustes no texto e se constam as assinaturas necessárias?

DEPUTADO HERMETO – Positivo. Inclusive, discuti a matéria com o Deputado Chico Vigilante.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ok, Deputado Hermeto. Em seguida da votação do crédito, faremos a apreciação desse PDL.

Consulto o Plenário a respeito da ponderação do Deputado Prof. Reginaldo Veras sobre um PDL para sustar os efeitos de um artigo, de uma portaria que trata do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira. Peço

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	17

ao Plenário, ao Deputado Hermeto, Líder do Governo, e ao Secretário Maurício que tentem um acordo junto à Secretaria de Educação para que possamos resolver esse impasse, Deputado Prof. Reginaldo Veras. Caso não haja nenhum tipo de avanço, a gente pauta ainda hoje nesta sessão a discussão desse PDL neste plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já em conversa com o Secretário Maurício e com o Líder do Governo, Deputado Hermeto, ambos já se manifestaram favoravelmente à apreciação do PDL hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Ok. Então, Deputado Prof. Reginaldo Veras, vamos fazer o seguinte: votaremos em primeiro turno o crédito da cultura. Depois, votaremos o PDL solicitado pelo Deputado Hermeto; votaremos o PDL solicitado pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras; votaremos, em segundo turno, os projetos do governo aprovados ontem. Em seguida, as moções. Ou as moções primeiro, caso a Deputada Arlete Sampaio queira. (Pausa.)

V.Exa. já apresentou, Deputado Prof. Reginaldo Veras? (Pausa.)

Ok. Assim que estiver pronto, V.Exa. nos comunique.

Dá-se início à

#### ORDEM DO DIA.

(As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.)

Item nº 157:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.157/2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 91.614.152,00 (noventa e um milhões, seiscentos e quatorze mil, cento e cinquenta e dois reais)”.

Informo que foi aprovado o parecer favorável na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, na forma das 38 emendas apresentadas.

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto e as Emendas de nºs de 37 a 51.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia para proferir parecer às emendas que não foram apreciadas pela Comissão.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trata-se de parecer da

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	18

Comissão de Economia, Orçamento e Finanças às emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 2.157/2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$91.614.152,00 (noventa e um milhões, seiscentos e quatorze mil, cento e cinquenta e dois reais)”.

Foram inicialmente apresentadas 36 emendas, já examinadas e aprovadas pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, em sua 10ª Reunião; e, em plenário, foram apresentadas mais 13 emendas, ou seja, da Emenda nº 37 até a Emenda nº 49.

A Emenda nº 37 é do Deputado Guarda Janio e está sendo acatada.

A Emenda nº 38 é do Deputado Jorge Vianna e está sendo acatada.

A Emenda nº 39 é do Deputado Cláudio Abrantes e está sendo acatada.

As Emendas nºs 40, 41, 42 e 43 são do Deputado Rafael Prudente e estão sendo acatadas.

As Emendas nºs 44, 45, e 46 são do Deputado Iolando e estão sendo acatadas.

A Emenda nº 47 é do Deputado Guarda Janio e está sendo acatada.

A Emenda nº 48 é do Deputado Jorge Vianna e está sendo acatada.

As Emendas de nºs de 37 a 48 são apenas de remanejamento da cota de emenda que cada Deputado Distrital tem, de acordo com a Constituição Federal e com a Lei Orgânica do Distrito Federal.

A Emenda nº 49, da Deputada Arlete Sampaio, foi cancelada. Em seguida, foi apresentada a Emenda nº 50, da Deputada Arlete Sampaio, que também foi cancelada.

Prevalece a Emenda nº 51, que acrescenta o § único ao art. II, que diz o seguinte:

“As dotações suplementares com recursos de que trata o *caput* ficam com execução assegurada até o término do próximo exercício”.

Portanto, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade e aprovação das Emendas nºs 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e da Emenda nº 51, aditiva, de autoria da Deputada Arlete Sampaio.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	19

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.157/2021, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, ressalvados os destaques.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Informo que houve destaque da Emenda nº 28, de autoria do Deputado Guarda Janio.

Em discussão a emenda destacada. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A orientação é pela rejeição.

A emenda está rejeitada com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO FÁBIO FELIX – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V.Exa. a retirada de pauta do item nº 187, referente a um projeto de minha autoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Fica retirado o item nº 187, de autoria do Deputado Fábio Felix.

A pedido da Deputada Arlete Sampaio, vamos votar as moções primeiro.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	20

PRESIDENTE (DEPUTADO HERMETO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. pode incluir na pauta o Projeto de Lei nº 2.194/2021, dos créditos? Da saúde.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – É o de cem milhões, do IGESDF – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF?

DEPUTADO HERMETO – Não. (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Eu peço que V.Exa. encaminhe à Mesa o projeto, Deputado Hermeto.

DEPUTADO HERMETO – Vou encaminhar à Mesa. Se V.Exa. quiser votar o do Iges, a gente vota.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Não, é porque tem tantos projetos da saúde, Deputado Hermeto, que a gente precisa saber direitinho.

Encaminhe à Mesa, a pedido do Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO LEANDRO GRASS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero falar bem brevemente aqui. É só para destacar a importância dessa proposta que a gente acabou de votar.

Ela significa o cumprimento da Lei Orgânica e da Lei Orgânica da Cultura aqui, no Distrito Federal, que é a preservação do Fundo de Apoio à Cultura, dentro do que está estabelecido do 0,3% da receita corrente líquida.

Então, eu quero, neste momento, parabenizar o trabalho da Secretaria de Cultura, que tem se esforçado bastante para que o FAC seja bem executado e para que a gente tenha as novas linhas do FAC.

Principalmente neste momento, em que o setor cultural está absolutamente fragilizado em razão da pandemia, ter o fundo, da maneira como a lei determina, sendo executado corretamente é fundamental para a sobrevivência do setor cultural do Distrito Federal.

Então, parabenizo o governo pelo encaminhamento do projeto e a este Plenário pela aprovação, que é estratégica para o fortalecimento das políticas culturais no Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Item nº 189:

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	21

Discussão e votação, em bloco, em turno único, das moções nºs:

- Moção nº 735/2021, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “manifesta votos de louvor aos Maçons das Lojas Maçônicas da COMAB-Confederação Maçônica do Brasil, pelo Dia do Maçom e pelos relevantes serviços prestados pela Instituição à sociedade e à pátria”.

- Moção nº 736/2021, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “reconhece e apresenta votos de louvor aos Grandes Mestres da Capoeira e aos Capoeiristas do Distrito Federal, pelo trabalho de preservação, resgate e valorização de um dos principais símbolos culturais do Brasil”.

- Moção nº 737/2021, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que “manifesta votos de Louvor e parabeniza o atleta Wendell Belarmino, pela conquista da medalha de ouro, na modalidade natação 50m livre da classe S11, nos Jogos de Tóquio 2020”.

- Moção nº 738/2021, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “parabeniza e manifesta votos de louvor aos bombeiros militares veteranos que prestaram excelentes serviços à comunidade do Distrito Federal, em especial o desempenho das funções no 6º Grupamento Bombeiro Militar do Núcleo Bandeirante”.

- Moção nº 739/2021, de autoria do Deputado Hermeto, que “reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares: 3º SGT QPPMC MARCELO PIRES DE FARIAS, MAT. 196.690/1, CB QPPMC JOSE ACRISIO ROLINS DA SILVA DE MORAIS JUNIOR, MAT. 215.938/4, 3º SGT QPPMC LUCAS ALVES LIMA, MAT. 195.705/8, 2º SGT QPPMC JENNER SEQUEIRA DA SILVA, MAT. 21.400/0, 2º SGT QPPMC EDILSON ARRUDA ALVES, MAT. 22.519/3, 3º SGT QPPMC RANDOLFO JUNIOR RIBEIRO DE OLIVEIRA, MAT. 195.920/4, 3º SGT QPPMC RICARDO FERNANDES AMARO, MAT. 72.800/4 e o 3º SGT QPPMC RAPHAEL SALES DA COSTA, MAT. 182.436/8, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação demonstrados em “ATO DE BRAVURA”, ao evitarem o cometimento de suicídio, fato ocorrido dia 23/08/2021, na plataforma C da rodoviária de Brasília. Conforme demonstrado no REGISTRO DE ATIVIDADE POLICIAL Nº 128611-2021”.

- Moção nº 740/2021, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que “manifesta Votos de Louvor aos Senhores descritos abaixo, pelo comprometimento, profissionalismo e dedicação, em prol da comunidade de Sobradinho-DF”.

- Moção nº 741/2021, de autoria do Deputado Eduardo Pedrosa, que “manifesta votos de louvor em razão dos relevantes serviços em prol do fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança – CONSEGs e da Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública do Distrito Federal – FECONSEG”.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	22

- Moção nº 742/2021, de autoria do Deputado Iolando, que “manifesta Moção de Louvor ao atleta paralímpico Wendell Belarmino Pereira, pela conquista de medalha de ouro e de prata nos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020”.

- Moção nº 743/2021, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “parabeniza e manifesta votos de louvor às policiais mulheres, no âmbito da segurança pública do Distrito Federal, pelos relevantes serviços prestados à população brasileira e pela homenagem ao Dia da Policial Mulher”.

- Moção nº 744/2021, de autoria do Deputado Hermeto, que “reconhece e apresenta Votos de Louvor aos Policiais Militares da Seção de Programas e Ações Sociais do Centro de Políticas de Segurança Pública – PMDF, pela coordenação, planejamento, orientação e controle das atividades relativas aos Programas Sociais Preventivos de Segurança Pública”.

- Moção nº 745/2021, de autoria do Deputado Reginaldo Sardinha, que “manifesta votos de louvor aos servidores do Sistema Socioeducativo pelo trabalho, essencial à manutenção da segurança e da ordem pública, quando da vigilância, escolta e guarda de menores em conflito com a lei”.

- Moção nº 746/2021, de autoria do Deputado Iolando, que “manifesta Moção de Louvor ao atleta nadador paralímpico Wendell Belarmino Pereira, pela conquista das medalhas de ouro nos 50m livre S11, prata no revezamento 4X100m livre misto e bronze nos 100m borboleta S11”.

- Moção nº 747/2021, de autoria do Deputado Iolando, que “manifesta Moção de Louvor ao atleta paralímpico Leomon Moreno, pela conquista da medalha de ouro no Goalball masculino, nos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020”.

- Moção nº 748/2021, de autoria do Deputado Jorge Vianna, que “parabeniza e manifesta votos de louvor aos profissionais de saúde e demais trabalhadores que especifica, do Hospital DF Star, pelos relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal”.

- Moção nº 749/2021, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “parabeniza e manifesta votos de louvor aos Policiais Militares do Distrito Federal, Sargento Geraldo, Sargento Pereira Ribeiro e Cabo Ronie Sousa, pelo ótimo serviço prestado ao socorrer uma senhora em trabalho de parto na Asa Norte”.

- Moção nº 750/2021, de autoria do Deputado Daniel Donizet, que “manifesta votos de louvor ao Cabo RODRIGO RODRIGUES DE OLIVEIRA PIRES e ao Policial K9 Darth do Batalhão de Policiamento com Cães (BPCães PMDF) da Polícia Militar do Distrito Federal”.

- Moção nº 751/2021, de autoria do Deputado Daniel Donizet, que “manifesta votos de louvor ao Sargento THALES DE OLIVEIRA CARDOSO e ao

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	23

Policial K9 Jamal do Batalhão de Policiamento com Cães (BPCães PMDF) da Polícia Militar do Distrito Federal”;

- Moção nº 752/2021, de autoria do Deputado Iolando, que “manifesta votos de louvor à Tenente-Coronel Jucilene Garcês Pires, pelos relevantes serviços prestados à frente da Polícia Militar do Distrito Federal”;

- Moção nº 753/2021, de autoria do Deputado João Cardoso, que “manifesta votos de louvor ao atleta paralímpico Wendell Belarmino pelo excepcional desempenho nos Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020 ao conquistar três medalhas paralímpicas na natação.”;

- Moção nº 754/2021, de autoria do Deputado Arlete Sampaio, que “manifesta Votos de Louvor e Aplauso a personagens e instituições da Educação do Distrito Federal”.

- Moção nº 755/2021, de autoria do Deputado Fabio Felix, que “manifesta pesar pelo falecimento de Lourdes Maria Bandeira, Professora Titular do Departamento de Sociologia da UnB”.

Em discussão as moções. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções estão aprovadas com a presença de 18 Deputados.

Pergunto aos Líderes se há acordo para superarmos o sobrestamento decorrente dos 153 vetos e apreciarmos as demais matérias constantes na Ordem do Dia e os itens extrapauta. (Pausa.)

Não havendo manifestação em contrário, procederemos às demais votações.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – O Expediente lido vai a publicação.

Acato o pedido do Deputado Hermeto e incluo na pauta o Projeto de Decreto Legislativo nº 198.

Item extrapauta:

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	24

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 198/2021, de autoria do Deputado Hermeto e outros, que “revoga o Decreto Legislativo nº 2.326, de 31 de agosto de 2021, e dá outras providências”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ainda está se falando de revogação. Não é revogação, é adequação do decreto. Foi o que nós combinamos ontem com o secretário.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Estou sendo informado pela Mesa, Deputado Chico Vigilante, que há um substitutivo e uma emenda corrigindo este texto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Vamos ler o substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Enquanto a gente alinha isso, Deputado Chico Vigilante, vamos ao item nº 155, que está mais fácil para ser apreciado. Em seguida, voltamos a esse tema.

Item nº 155:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.156/2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária do Distrito Federal no valor de R\$ 46.397.301,00”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO IOLANDO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 2.586/2021, solicito a dispensa do

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	25

interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 2.156/2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional a Lei Orçamentária do Distrito Federal no valor de R\$ 46.397.301,00”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

Item nº 154:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.149/2021, de autoria Deputado Eduardo Pedrosa, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, estabelecendo disposições temporárias quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente sobre combustíveis e GLP para os exercícios de 2021 a 2023”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 2.151/2021, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Chico Vigilante, só vamos votar este projeto, depois eu concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Minha palavra é sobre a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Sim. Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Este projeto é aquele do ICMS dos combustíveis, não é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Exatamente.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	26

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – É só para ficar claro se a minha emenda substitutiva foi acatada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Chico Vigilante, este processo foi aprovado em primeiro turno ontem e todas as emendas foram apreciadas. Não há nenhuma emenda para a gente apreciar aqui, agora. Como o Relator foi o Deputado Agaciel Maia, ela foi acatada com certeza.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Está bom. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando os projetos; os que votarem “não” estarão rejeitando-os.

Solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Votação encerrada.

Os projetos estão aprovados na forma do substitutivo, Deputado Chico Vigilante, em segundo turno.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis.

Estão aprovados.

DEPUTADO IOLANDO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 2.586/2021, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 2.149/2021, de autoria Deputado Eduardo Pedrosa, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, estabelecendo disposições temporárias quanto ao Imposto sobre

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	27

Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS incidente sobre combustíveis e GLP para os exercícios de 2021 a 2023”, em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 2.151/2021, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 1.254, de 8 de novembro de 1996, que dispõe quanto ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a sanção.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Sem revisão da oradora.) – Eu pediria a V.Exa. que, se possível, pudéssemos votar também, em segundo turno, o item nº 157.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputada Arlete Sampaio, deixa eu só votar esse PDL do transporte. Há consenso, Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Há consenso.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em seguida, eu o convoco para a votação em segundo turno. Isso para liberar o nosso secretário.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 198/2021, Deputado Hermeto e outros, que “revoga o Decreto Legislativo nº 2.326, de 31 de agosto de 2021, e dá outras providências”.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para ficar claro. Não revoga. A ementa do projeto é: o projeto de decreto legislativo tal, que altera a vigência do decreto legislativo

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	28

número tal e dá outras providências. Aí vem qual é a condição. Portanto, não se está revogando o decreto, porque se revogar o decreto, isso aqui não tem como entrar. O que nós estamos alterando, Sr. Presidente, é a vigência, tão somente a vigência.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Exatamente, Deputado Chico Vigilante. Há um substitutivo de autoria do Deputado Hermeto, que está aqui em minhas mãos. Não sei se é o mesmo que está em suas mãos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – É a mesma coisa. O que tem que ser lido é o substitutivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Exatamente.

Vai-se dar o parecer sobre o substitutivo, Deputado Chico Vigilante.

Quero deixar claro que o substitutivo que nós vamos deliberar, na tarde de hoje, diz o seguinte: “Art. 1º A vigência do Decreto Legislativo nº 2.326, de 31 de agosto de 2021, fica alterada para 28 de fevereiro de 2022”.

Portanto, não há revogação e não há mudança no texto. Apenas a vigência do decreto passa a valer a partir de fevereiro do próximo ano.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e as emendas.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer ao Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Decreto Legislativo 198/2021, de autoria do Deputado Hermeto, que “revoga o Decreto Legislativo nº 2.326, de 31 de agosto de 2021, e dá outras providências”.

No âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade e aprovação do projeto na forma do substitutivo, rejeitando a Emenda nº 2.

É o parecer.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	29

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra ao Deputado Jorge Vianna.

DEPUTADO JORGE VIANNA (PODEMOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz essa emenda e peço aos nobres colegas que a acatem. Inclusive eu já tinha conversado com o nosso...

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Jorge Vianna, posso só explicar uma coisa para V.Exa.?

DEPUTADO JORGE VIANNA – Pois não, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Nós não podemos alterar PDL. Esse PDL foi para sustar uma portaria, somente para isso. Esse PDL já foi publicado. O que nós estamos fazendo aqui é só adiando a sua validação, vamos dizer assim. A gente não pode alterar PDL já publicado.

É só para deixar isso claro. Foi por questões técnicas legislativas que o Deputado Agaciel Maia rejeitou a emenda.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Sr. Presidente, nós não podemos fazer algum dispositivo que possa... ou até mesmo refazer a redação do PDL?

Nós estamos aqui, de repente, autorizando essa prorrogação de mais seis meses para esses veículos rodarem, praticamente fazendo uma assinatura no escuro, porque esses veículos podem não estar em condições de uso.

O motivo da nossa emenda era justamente garantir que esses veículos – tudo bem que possam ser renovados por mais seis meses – estivessem em condições de uso. E quem irá fazer essa avaliação será o próprio governo.

Então, acho que seria prudente da nossa parte fazer essa prorrogação, desde que esses veículos estejam em condições de uso.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Deputado Jorge Vianna, quero explicar mais uma vez. O governador faz o decreto, e nós fazemos um PDL sustando ou não tal decreto. Alterar portaria ou decreto do governo, nós não podemos.

Então, sugiro a V.Exa. que, junto com o Deputado Hermeto, faça contato com a Secretaria de Mobilidade para tentar construir esse texto, e aí o governo fazer um decreto conforme solicitado por V.Exa.

DEPUTADO JORGE VIANNA – Por portaria, talvez?

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Não podemos alterar decreto do governo: ou derrubamos ou mantemos.

Continua em discussão.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	30

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero dizer uma coisa boa: os ônibus que estão vencidos – e V.Exa. participou, ontem, comigo de uma reunião com o Secretário de Transporte – são fiscalizados a cada dois meses. Se não estiverem em condições de rodar, os ônibus não rodarão; bem como aqueles que não estiverem em condições de uso, a empresa não receberá por eles, porque eles têm de estar selados, e é o selo que autoriza ou não o recebimento pelas empresas de acordo com o número de passageiros que são transportados. Há lá um validador que faz essa contagem.

É importante, Sr. Presidente, aproveitar essa questão da discussão para explicar para a sociedade o que aconteceu, até porque, Deputado Hermeto e Deputada Arlete Sampaio, há um pessoal aí agindo de má-fé. Há algumas pessoas representantes da São José que estão mentindo nas redes sociais, Deputado Agaciel Maia, dizendo que nós estamos perseguindo a São José.

Nós não estamos perseguindo ninguém, Deputado Rafael Prudente. Aqui ninguém persegue ninguém; aqui se cumpre a lei!

Ela tinha que renovar a frota, e estava estipulado, no contrato da licitação de que eles participaram, no contrato que eles assinaram, que eles tinham que renovar a frota. Não renovaram. Há 450 ônibus, para ser mais preciso, 435 ônibus que têm que ser trocados. Há mais 20 de uma cooperativa lá do Itapuã e 5 da área rural.

Só que, quando nós aprovamos o decreto legislativo, o decreto legislativo dizia que, a partir daquele momento, eles não poderiam mais rodar. Eles estão alegando que não há ônibus no mercado para comprar. Aí nós fizemos um entendimento, nesta Casa – só que não estava no decreto –, de que eles terão seis meses para adquirir os ônibus.

Ontem nós fizemos uma reunião lá no meu gabinete, com a presença do Presidente, Deputado Rafael Prudente, do Presidente do Sindicato dos Rodoviários e do Secretário de Transporte.

Eu estou aqui, Presidente Rafael Prudente, com a minuta, Deputada Arlete Sampaio, da portaria que será publicada tão logo o decreto seja aprovado e publicado aqui. Portanto, se publicar amanhã, a portaria estará no Diário Oficial ainda amanhã. Eu vou ler a portaria, para todo mundo ter certeza do que está sendo votado aqui. A portaria é curta.

Minuta de portaria da SEMOB – Secretaria de Transporte e Mobilidade: estabelece as condições para cumprimento do decreto legislativo número tal, que “altera a vigência do Decreto Legislativo 2.326, de 31/08/2021”.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	31

1. As concessionárias e demais operadoras, no âmbito do sistema de transporte público do Distrito Federal, cassadas pela prorrogação da vida útil dos veículos, termo da decisão registrada na Ata nº 395 da reunião ordinária do Conselho de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, terão o prazo máximo de até trinta dias para apresentação do plano de aquisição de veículos novos, tendo como data limite para entrar em operação o dia 28 de fevereiro de 2022”.

Portanto, os ônibus terão que estar circulando, Deputado Rafael Prudente, nesse dia, os ônibus novos.

Art. 2º A inobservância do prazo estabelecido nesta portaria implicará na adoção de providências para interrupção das operações dos veículos sem prejuízo das medidas sancionárias previstas na lei e no edital.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data da sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Portanto, tudo isso foi, Deputado Agaciel Maia, acertado com a Secretaria de Transporte e é por isso que a gente está votando esse decreto legislativo. Nós combinamos também, Deputado Hermeto – cadê V.Exa.? –, que o decreto seria apresentado por V. Exa.

Portanto, aqueles que estão mentindo nas redes sociais dizendo que a gente está perseguindo a São José, digo-lhes que aqui ninguém protege nem persegue ninguém; aqui se cumpre a lei.

É isso, Sr. Presidente.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Continua em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Jaqueline Silva, que designe relator ou avoque a relatoria da matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra à Relatora, Deputada Jaqueline Silva, para emitir parecer sobre a matéria pela Comissão de Constituição e Justiça.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	32

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 198/2021, de autoria do Deputado Hermeto, que “revoga o Decreto Legislativo nº 2.326, de 31 de agosto de 2021, e dá outras providências”.

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade e aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 198/2021, na forma da Emenda nº 1, substitutiva. Votamos também pela inadmissibilidade da Emenda nº 2.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 198/2021, em turno único. (Pausa.)

Esta Presidência informa que a proposição necessita de 16 votos favoráveis para sua aprovação.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Votação encerrada.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos favoráveis. Não houve nenhum voto contrário e nenhuma abstenção.

Está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 198/2021, em turno único.

DEPUTADO IOLANDO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	33

PRESIDENTE (PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 2.586/2021, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 198/2021, de autoria do Deputado Hermeto, que “revoga o Decreto Legislativo nº 2.326, de 31 de agosto de 2021, e dá outras providências”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a promulgação.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante, para declaração de voto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, essa votação, com 17 votos favoráveis, sem abstenções e nenhum voto contrário, votando Base e Oposição juntos, deixa claro para aqueles que andam nos criticando nas redes sociais que aqui não se persegue ninguém. Aqui se cumpre a lei.

Portanto, essa empresa que cumpra o que assinou no contrato durante esses seis meses e, em trinta dias, que apresente o projeto, o plano de compra dos veículos, senão perderá a concessão. Só para ficar claro: aqui não se persegue ninguém, protege-se a lei.

(Assume a Presidência o Deputado Rafael Prudente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Passaremos ao item solicitado pelo Deputado Prof. Reginaldo Veras. Ele já fica incluído.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 199/2021, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “susta os efeitos do parágrafo único do art. 21 e do art. 22 do Decreto nº 42.403, de 18 de agosto de 2021, que regulamenta a Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, cria

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	34

o Cartão PDAF e dispõe sobre a sua aplicação e execução nas Unidades Escolares e nas Coordenações Regionais de Ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A CEOF e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto de decreto legislativo.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

Em seguida, abrirei a palavra para as discussões.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, eu preciso da cópia do decreto. (Pausa.)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, V.Exa. me permite usar a palavra enquanto o pessoal lê o projeto e tira as dúvidas?

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse PDL só está sustando o parágrafo único do art. 21 do bom decreto, publicado pela Secretaria de Educação, que regulamenta a aplicação do PDAF – Programa de Descentralização Administrativa e Financeira e, de forma inovadora, até regulamenta o envio de emendas parlamentares para o programa.

O problema do art. 21, especificamente, parágrafo único, é que se estabelece uma limitação não prevista em lei, que diz quanto o parlamentar pode enviar de recurso para cada unidade escolar.

Primeiro, é uma questão de inconstitucionalidade no decreto, por entender que eles legislaram, e isso é função do Poder Legislativo. Logo, usurparam a nossa função.

Ademais, ao estabelecer determinados limites, uma série de obras e projetos pedagógicos que já estão em andamento, prontos para execução, ficariam prejudicados. Eles tentaram inovar, mas acabaram, talvez, não se atentando ao fato de que estavam invadindo a esfera do Poder Legislativo e estabelecendo limites desnecessários no programa.

Então, é muito simples. O Deputado Delmasso acabou até de falar com a Secretária de Educação e, se houver a necessidade de uma nova regulamentação, por meio de um simples decreto publicado amanhã, pode-se fazê-lo novamente na Secretaria de Educação. Esse parágrafo único não pode constar, porque ele, de fato, é inconstitucional e prejudica nossa ação como Parlamentar, além de prejudicar as escolas do Distrito Federal.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	35

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PL. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Decreto Legislativo nº 199/2021, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “susta os efeitos do parágrafo único do art. 21 e do art. 22 do Decreto nº 42.403, de 18 de agosto de 2021, que ‘regulamenta a Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, cria o Cartão PDAF e dispõe sobre a sua aplicação e execução nas Unidades Escolares e nas Coordenações Regionais de Ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal”.

O art. 1º diz que fica sustado o parágrafo único dos arts. 21 e 22 do Decreto nº 42.403, de 18 de agosto de 2021.

O art. 2º diz: “Este decreto legislativo entra em vigor na data da sua publicação”.

O art. 3º diz: “Revogam-se as disposições em contrário”.

No âmbito desta Comissão de Economia e Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade e aprovação do decreto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, bem rapidamente, quero parabenizar o Deputado Prof. Reginaldo Veras pela iniciativa e por fazer essa breve correção. Imagino que parte, inclusive, da nossa responsabilidade, sem tensionamento com o governo, é apenas, realmente, para garantir ações em curso de melhorias nas escolas públicas.

Então, parabenizo o meu colega de bloco e estou sempre à disposição da Secretaria de Educação para construir, porque educação é uma causa suprapartidária, é uma causa da República e é uma política de Estado, acima de qualquer questão partidária ou de governo.

Então, parabéns, Deputado Prof. Reginaldo Veras!

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	36

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se eu fosse o Governador Ibaneis, mandaria verificar na Secretaria de Educação do Distrito Federal quem é inimigo dele. Porque esse decreto, essa portaria, Deputado Prof. Reginaldo Veras, lá da secretaria, deve ser do inimigo do Ibaneis. O que a gente tem conseguido fazer de melhorias nas escolas, através do PDAF, de emendas parlamentares que a gente destina, é algo fantástico!

Portanto, não se pode fazer essa limitação absurda! Quem propôs a limitação deveria visitar sala de aula; deveria ter ido, hoje, ao CEF 3 de Taguatinga Sul – já falei aqui e vou repetir – para visitar 14 escolas, 14 salas de aulas que estão desabando na cabeça das crianças e que podem pegar fogo a qualquer momento.

Já está orçado pela diretora, que já pediu três orçamentos, porque eles são criteriosos, e cada sala vai ficar por volta de nove mil reais. Portanto, com essa limitação, não tem como reparar aquilo, e eu vou destinar o recurso para que seja corrigida aquela situação absurda que eu vi lá hoje, realmente criminosa, que está acontecendo.

Portanto, Deputado Hermeto, V.Exa., como Líder do Governo, diga para o Governador Ibaneis verificar lá dentro da secretaria, porque deve ter muita gente contra ele, quando propõe esse tipo de coisa absurda que foi proposta, que felizmente nós vamos derrubar aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Jaqueline Silva, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Solicito à Relatora, Deputada Jaqueline Silva, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA JAQUELINE SILVA (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Decreto Legislativo nº 199/2021, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “susta os efeitos do parágrafo único do

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	37

art. 21 e do art. 22 do Decreto nº 42.403, de 18 de agosto de 2021, que regulamenta a Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, cria o Cartão PDAF e dispõe sobre a sua aplicação e execução nas Unidades Escolares e nas Coordenações Regionais de Ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal”.

Diante das competências elencadas pelo art. 63 do Regimento Interno, não se identifica óbice quanto à aprovação da proposição em análise. Sendo assim, votamos pela admissibilidade e pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 199/2021.

Sr. Presidente, este é o nosso parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 199/2021. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, quero parabenizar mais uma vez o Deputado Prof. Reginaldo Veras e todos aqueles que apresentaram esta proposição.

Na realidade, eu acho que a gente poderia fazer uma proposta de, talvez, fazer uma discussão com a Secretaria de Educação relacionada a isso, para tentar sensibilizar a nova gestão da Secretaria de Educação quanto à importância das emendas parlamentares para o PDAF. Eu acho que a discussão não está voltada sobre a importância do PDAF, mas, claro, todos nós sabemos que o PDAF é importante, as escolas hoje têm outra cara por causa do PDAF.

Da mesma forma, Deputado Jorge Vianna, gostaríamos de ter a regulamentação do PDPAS – Programa de Descentralização Progressiva de Ações da Saúde, projeto de nossa autoria aqui no Distrito Federal.

Mas o que me deixa um pouco ressabiado, inseguro quanto a isso é justamente a gestão desses recursos nas regionais de ensino. Recentemente, nós tivemos uma operação policial, na realidade existe um inquérito policial que está apurando o desvio de finalidade de recursos do PDAF. E o espírito dessa portaria foi justamente colocar dentro das quatro linhas as regras que são estabelecidas.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	38

Eu concordo com o Deputado Prof. Reginaldo Veras que emenda parlamentar não se pode limitar, até porque a atuação política do parlamentar está nesse procedimento.

Então, eu queria aqui pedir a todos que a gente pudesse fazer um amplo debate. Queria pedir à Deputada Arlete Sampaio, que é a Presidente da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, que a gente já pudesse convidar a Secretária de Educação para fazermos um debate sobre uma melhor regulamentação do PDAF. E até mesmo levar esse entendimento sobre a importância das emendas parlamentares. E para também construirmos uma proposta de melhorar o controle, de melhorar a transparência da execução do PDAF aqui no Distrito Federal.

Eu acho que isso é de extrema importância, traz uma segurança para todos que estão aqui, traz uma segurança para a sociedade de como esses recursos estão sendo aplicados, estão sendo empenhados e de como é que as empresas que estão executando essas obras estão sendo escolhidas. Qual é o critério de escolha dessas empresas que estão fazendo essas obras? Claro, os Deputados aqui não têm nada a ver com a execução, quem executa é o Poder Executivo, mas eu acho que é de extrema importância nós discutirmos melhorias e até mesmo talvez colocarmos dispositivos de transparência, de prestação de contas e publicizarmos essas prestações de contas nos sites das regionais e no site da Secretaria de Educação. Isso é importante porque é dinheiro público. E com dinheiro público a gente precisa ser transparente.

Então, o meu receio é qual vai ser o sinal que nós vamos dar para a sociedade, porque... Só fazendo uma cronologia dos fatos: esse decreto do governador – não é uma portaria, é um decreto, salvo engano – foi editado logo em seguida a essa operação da Polícia Civil que aconteceu recentemente. E a narrativa que o governo colocou é justamente que esse decreto iria estar protegendo, ou seja, aquilo que aconteceu na investigação que foi feita pela Polícia Civil em relação à execução dos recursos do PDAF não iria mais acontecer.

O meu receio é somente a narrativa. Qual vai ser o sinal que nós vamos dar para a sociedade suprimindo esse parágrafo do artigo, salvo engano, do art. 21, que foi o que o Deputado Prof. Reginaldo Veras me mostrou? Qual vai ser o sinal que nós vamos dar para a sociedade antes de fazer uma discussão ampla, uma discussão mais apurada em relação a isso?

Eu concordo: emenda parlamentar não pode ter limite, só para concluir, mas eu acho que isso é importante. Aliada a essa liberação do limite, nós precisamos apresentar uma proposta de controle e transparência da execução desses recursos nas regionais de ensino. Só isso, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	39

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de fato, o que foi abordado pelo Deputado Delmasso é pertinente, mas vamos lá. Primeiro, a legislação federal – a lei de contratos e licitações, que recentemente foi revisada pelo Congresso Nacional e tem ali um prazo de adaptação a ser aplicado – já estabelece os limites para todo investimento de recurso público, dizendo o modelo que é utilizado, seja carta convite, tomada de preço, seja lá o que for.

E, no caso do PADF, ele está sujeito a essa limitação federal de até 330 mil sem licitação. Isso já é feito. Esse problema que nós tivemos na Regional do Plano Piloto é que, por algum motivo, talvez no afã de resolver a coisa muito rápido, o gestor acabou aplicando o recurso, além dos 330 mil previstos na legislação, sem fazer licitação. E, sim, deve responder por isso.

Ao sustar esse parágrafo único, nós estamos dando o sinal de que nós Parlamentares acreditamos nesse programa, de que ele é executado de forma séria. Há problemas eventuais, e esses problemas eventuais têm que ser corrigidos, e aqueles que agiram de má-fé têm que ser punidos na forma da lei. Disso a gente não abre mão. Inclusive, todos os Parlamentares aqui acompanham a execução de suas emendas, publicizam e tudo mais.

Então, é um programa muito sério. Eu sempre digo que o maior legado que a Câmara Legislativa já deixou para a sociedade brasiliense na legislatura passada foi a fomentação tanto da legislação quanto da aplicação do recurso. Então, fico muito tranquilo em aplicar recursos nesse programa e ver a transformação que ele vem realizando nas escolas.

Quem acompanha os programas televisivos locais, não é, Chico Vigilante... Qual foi a última vez que se mostrou uma escola caindo aos pedaços? Hoje é mais raro, porque paulatinamente, ao longo desses sete anos que o programa existe, por meio de emendas, as escolas estão sendo transformadas.

E eu sabia que, mais cedo ou mais tarde, alguém... Porque no serviço público sempre que algo está dando muito certo aparece alguém para tentar findar. Nós não deixaremos isso acontecer. E, sim, Deputado Delmasso, temos que aperfeiçoar cada vez mais o programa.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Eu entendi na fala do Deputado Delmasso que ele não está contrário à votação do PDL. Então, nós devemos votar o PDL e quero dizer que a comissão

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	40

já aprovou a vinda da secretária e nós aproveitaremos esse momento, então, para debater também a questão do PDAF.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Deputado Delmasso, rapidamente. Em seguida, eu vou passar a palavra aqui ao Deputado Guarda Janio e encerrar a votação.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Na realidade, eu queria suspender a votação de hoje e abrirmos um espaço de diálogo com a Secretaria de Educação. Se não chegarmos a um entendimento, aí, sim, a gente vota. A minha sugestão é que tenhamos esse prazo de discussão até a próxima terça-feira com a Secretaria de Educação.

Eu acho que o Parlamento é feito do diálogo, muitas coisas nós construímos aqui no diálogo. Então minha proposta é que a gente faça esse diálogo com a Secretaria de Educação antes de votar o projeto de decreto legislativo. Votamos o projeto de decreto legislativo, aí, vamos dizer assim, a gente acaba tensionando um pouco.

Minha sugestão é abrir o espaço de diálogo e, fazendo o diálogo, não chegando a um consenso, aí, sim, a gente pode votar o projeto de decreto legislativo.

Essa é minha proposta, na prática.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Guarda Janio.

DEPUTADO GUARDA JANIO (PROS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui apoiar a decisão do Deputado Delmasso e do Deputado Prof. Reginaldo Veras sobre a importância do tema. Estive visitando algumas escolas e realmente a gente vê mudanças. Quando há uma gestão séria, as coisas andam. E caítiu fora do bando vira comida de onça. Isso serve também para as emendas parlamentares, a gente tem que acompanhar e fiscalizar para que as coisas realmente aconteçam de fato. Se a gente não fizer isso, quem perde é a sociedade.

Então, é preciso ter esse entendimento de, realmente, acompanhar as emendas e quanto às minhas, podem ter certeza disso, vou ser ferrenho do início, meio e fim, porque escolas reformadas é um bem comum muito importante para a sociedade, mas a gente também tem que jogar duro contra, às vezes, a má gestão, que acaba atrapalhando tudo.

Ficam aqui as minhas palavras e vamos seguir em frente.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	41

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Guarda Janio.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Peço à Assessoria da Mesa que abra o painel de votações.

Em votação em turno único.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito às Sras. e aos Srs. Deputados que registrem o voto nos terminais.

Votação aberta.

(Procede-se à votação pelo processo eletrônico.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Votação encerrada.

A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 16 votos favoráveis e 1 voto contrário.

Está aprovado.

DEPUTADO IOLANDO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO IOLANDO (PSC. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 2.586/2021, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que se dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 199/2021, que “susta os efeitos do parágrafo único do art. 21 e do art. 22 do Decreto nº 42.403, de 18 de agosto de 2021 que regulamenta a Lei nº 6.023, de 18 de dezembro de 2017, que institui o Programa de Descentralização Administrativa e Financeira – PDAF, cria o Cartão PDAF e dispõe sobre a sua aplicação e execução nas Unidades Escolares e nas Coordenações Regionais de Ensino da rede pública de ensino do Distrito Federal”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Data			Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15	09	2021	15h48min	19ª Sessão Ordinária	42

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai a promulgação.

Em atendimento ao Requerimento nº 2.585/2021, convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária, com início imediato após a sessão ordinária, para apreciação dos seguintes projetos:

- Projeto de Lei nº 2.157/2021, de autoria do Poder Executivo, em segundo turno, e demais itens da pauta original.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h34min.)